

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR
Rua Nilo Soares Ferreira nº 50, Centro, Peruíbe, SP
CEP 11750-000 Fone (13) 3451-1000 Ramal 1214
terceirosetordeperuibe@gmail.com

TERMO DE COLABORAÇÃO ES 05/2023

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE E
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL
ESPORTIVA.

A Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe, inscrita no CNPJ sob nº 46.578.514/0001-20, estabelecida à Rua Nilo Soares Ferreira, 50, Centro, Peruíbe, SP, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Sr. Prefeito Municipal Luiz Maurício Passos de Carvalho Pereira e ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E ESPORTIVA UNIDOS DE PERUIBE, inscrita no CNPJ sob nº. 09.200.291/0001-36, com sede na Rua Guapore, Nº 538, Bairro Balneario Stella Maris, Peruíbe, SP, CEP 11750-000, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada neste ato pelo seu Presidente Sr.(a) Leandro Ajamil Campos Fernandes, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, bem como pelo Decreto Municipal nº 5.001, de 21 Agosto de 2020 e consoante o processo administrativo nº 14284/2022 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Termo de Colaboração, tem por objeto serviço conforme detalhado no Plano de Trabalho contido no ANEXO C: **Módulo 02:** Voleibol para 200 usuários, Handebol para 100 usuários, Basquetebol para 100 usuários; **Módulo 03:** Vôlei de Praia para 100 usuários, Beach Tennis para 100 usuários, Futevôlei para 100 usuários; **Módulo 5:** Hapkido para 100 usuários, Jiu-Jitsu para 100 usuários, Capoeira para 100 usuários, Muay Thai para 50 usuários, Boxe para 50 usuários; **Módulo 07:** Esporte Adaptado para 100 usuários, Tênis para 100 usuários, Tênis de Mesa para 100 usuários.

Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

0. É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

a. Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

a. Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. São obrigações dos partícipes:

I. Da administração pública municipal:

a. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, o qual se submeterá a Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

a. Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

b. Liberar os recursos no dia 20 de cada mês, por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração;

c. Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

d. Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo,

Luciano

B



enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

- e. Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
 - f. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
 - g. Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
 - h. Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
- II. Da organização da sociedade civil:
- a. Manter escrituração contábil regular;
 - a. Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração mensalmente;
 - b. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
 - c. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 53 da Lei nº 13.019/2014, sendo que demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o Termo de Colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, conforme trata o §2 do mesmo artigo;
 - d. Dar livre acesso aos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
 - e. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
 - f. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
 - g. Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
 - h. Manter os monitores habilitados pelo Conselho Regional na modalidade em que o profissional exercer a função se a lei assim o exigir.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. Os repasses relativos a este termo a serem feitos a(o) ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESPORTES serão depositados em conta conforme detalhes abaixo:

Conta Corrente Pessoa Jurídica:	Banco: B.B (001), AG: 2436-8, CC: 31.437-4
Fonte do Recurso:	Municipal
Valor do Termo:	R\$ 613.000,00

Valor Total Módulo 02:	R\$ 153.000,00
Módulo 02 - Categoria de Base	

Handwritten signature

Handwritten mark



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR
Rua Nilo Soares Ferreira nº 50, Centro, Peruibe, SP
CEP 11750-000 Fone (13) 3451-1000 Ramal 1214
terceirosetordeperuibe@gmail.com

Conta Funcional Programática:		27.812.0007.2192.3.3.50.43
Elemento Econômico:		3.3.50.43
Parcela	Vencimento	Valor
01	20/01/2023	R\$ 11.500,00
02	20/02/2023	R\$ 11.500,00
03	20/03/2023	R\$ 11.500,00
04	20/04/2023	R\$ 11.500,00
05	20/05/2023	R\$ 11.500,00
06	20/06/2023	R\$ 11.500,00
07	20/07/2023	R\$ 11.500,00
08	20/08/2023	R\$ 11.500,00
09	20/09/2023	R\$ 11.500,00
10	20/10/2023	R\$ 11.500,00
11	20/11/2023	R\$ 11.500,00
12	20/12/2023	R\$ 11.500,00
Total		R\$ 138.000,00

Módulo 02 - Alto Rendimento		
Conta Funcional Programática:		27.811.0007.2193.3.3.50.43
Elemento Econômico:		3.3.50.43
Parcela	Vencimento	Valor
01	20/01/2023	R\$ 13.000,00
02	20/02/2023	R\$
03	20/03/2023	R\$ 1.000,00
04	20/04/2023	R\$
05	20/05/2023	R\$
06	20/06/2023	R\$
07	20/07/2023	R\$
08	20/08/2023	R\$

Leandro

B



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR
Rua Nilo Soares Ferreira nº 50, Centro, Peruibe, SP
CEP 11750-000 Fone (13) 3451-1000 Ramal 1214
terceirosetordeperuibe@gmail.com

09	20/09/2023	R\$
10	20/10/2023	R\$
11	20/11/2023	R\$ 1.000,00
12	20/12/2023	R\$
Total		R\$ 15.000,00

Valor Total Módulo 03:		R\$ 173.400,00
Módulo 03 - Categoria de Base		
Conta Funcional Programática:		27.812.0007.2192.3.3.50.43
Elemento Econômico:		3.3.50.43
Parcela	Vencimento	Valor
01	20/01/2023	R\$ 32.500,00
02	20/02/2023	R\$ 10.900,00
03	20/03/2023	R\$ 10.900,00
04	20/04/2023	R\$ 10.900,00
05	20/05/2023	R\$ 10.900,00
06	20/06/2023	R\$ 10.900,00
07	20/07/2023	R\$ 10.900,00
08	20/08/2023	R\$ 10.900,00
09	20/09/2023	R\$ 10.900,00
10	20/10/2023	R\$ 10.900,00
11	20/11/2023	R\$ 10.900,00
12	20/12/2023	R\$ 10.900,00
Total		R\$ 152.400,00

Módulo 03 - Alto Rendimento		
Conta Funcional Programática:		27.811.0007.2193.3.3.50.43
Elemento Econômico:		3.3.50.43
Parcela	Vencimento	Valor

Lucho

B



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR
Rua Nilo Soares Ferreira nº 50, Centro, Peruíbe, SP
CEP 11750-000 Fone (13) 3451-1000 Ramal 1214
terceirosetordeperuipe@gmail.com

01	20/01/2023	R\$ 16.000,00
02	20/02/2023	R\$ 2.000,00
03	20/03/2023	R\$
04	20/04/2023	R\$
05	20/05/2023	R\$
06	20/06/2023	R\$
07	20/07/2023	R\$
08	20/08/2023	R\$
09	20/09/2023	R\$ 1.000,00
10	20/10/2023	R\$
11	20/11/2023	R\$ 1.000,00
12	20/12/2023	R\$ 1.000,00
Total		R\$ 21.000,00

Valor Total Módulo 05:		R\$ 151.000,00
Módulo 05 - Categoria de Base		
Conta Funcional Programática:		27.812.0007.2192.3.3.50.43
Elemento Econômico:		3.3.50.43
Parcela	Vencimento	Valor
01	20/01/2023	R\$ 11.500,00
02	20/02/2023	R\$ 11.500,00
03	20/03/2023	R\$ 11.500,00
04	20/04/2023	R\$ 11.500,00
05	20/05/2023	R\$ 11.500,00
06	20/06/2023	R\$ 11.500,00
07	20/07/2023	R\$ 11.500,00
08	20/08/2023	R\$ 11.500,00
09	20/09/2023	R\$ 11.500,00
10	20/10/2023	R\$ 11.500,00

Luciano

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR
Rua Nilo Soares Ferreira nº 50, Centro, Peruíbe, SP
CEP 11750-000 Fone (13) 3451-1000 Ramal 1214
terceirosetordeperuibe@gmail.com

11	20/11/2023	R\$ 11.500,00
12	20/12/2023	R\$ 11.500,00
Total		R\$ 138.000,00

Módulo 05 - Alto Rendimento		
Conta Funcional Programática:		27.811.0007.2193.3.3.50.43
Elemento Econômico:		3.3.50.43
Parcela	Vencimento	Valor
01	20/01/2023	R\$ 13.000,00
02	20/02/2023	R\$
03	20/03/2023	R\$
04	20/04/2023	R\$
05	20/05/2023	R\$
06	20/06/2023	R\$
07	20/07/2023	R\$
08	20/08/2023	R\$
09	20/09/2023	R\$
10	20/10/2023	R\$
11	20/11/2023	R\$
12	20/12/2023	R\$
Total		R\$ 13.000,00

Valor Total Módulo 07:		R\$ 135.600,00
Módulo 07 - Categoria de Base		
Conta Funcional Programática:		27.812.0007.2192.3.3.50.43
Elemento Econômico:		3.3.50.43
Parcela	Vencimento	Valor
01	20/01/2023	R\$ 10.300,00
02	20/02/2023	R\$ 10.300,00

Leandro

B



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR
Rua Nilo Soares Ferreira nº 50, Centro, Peruibe, SP
CEP 11750-000 Fone (13) 3451-1000 Ramal 1214
terceirosetordeperuibe@gmail.com

03	20/03/2023	R\$ 10.300,00
04	20/04/2023	R\$ 10.300,00
05	20/05/2023	R\$ 10.300,00
06	20/06/2023	R\$ 10.300,00
07	20/07/2023	R\$ 10.300,00
08	20/08/2023	R\$ 10.300,00
09	20/09/2023	R\$ 10.300,00
10	20/10/2023	R\$ 10.300,00
11	20/11/2023	R\$ 10.300,00
12	20/12/2023	R\$ 10.300,00
Total		R\$ 123.600,00

Módulo 07 - Alto Rendimento		
Conta Funcional Programática:		27.811.0007.2193.3.3.50.43
Elemento Econômico:		3.3.50.43
Parcela	Vencimento	Valor
01	20/01/2023	R\$ 12.000,00
02	20/02/2023	R\$
03	20/03/2023	R\$
04	20/04/2023	R\$
05	20/05/2023	R\$
06	20/06/2023	R\$
07	20/07/2023	R\$
08	20/08/2023	R\$
09	20/09/2023	R\$
10	20/10/2023	R\$
11	20/11/2023	R\$
12	20/12/2023	R\$
Total		R\$ 12.000,00

Archo

B



3.2. Ao recurso municipal estabelecido pelo presente termo será aplicado reajuste anual baseado no INPC ou outro índice que eventualmente o substituir. Total R\$ 10.000,00

3.3. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL fica ciente de que as atividades e repasses financeiros oriundos do presente Termo de Colaboração poderão ser suspensas a qualquer momento através de Decreto Municipal em atendimento às medidas de prevenção e combate ao COVID-19 adotadas pelo Município.

3.4. As atividades suspensas poderão ser reestabelecidas quando da publicação de Decreto do Prefeito Municipal autorizando expressamente o retorno daquela atividade, mediante aprovação do Plano de Trabalho pelo Gestor da Parceria.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2. É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

a. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

a. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

b. Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

c. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

a. Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

a. Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

b. Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

c. Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

d. Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;



- e. Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- f. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

- 6.1. O presente Termo de Colaboração vigorará a partir de 01/JANEIRO/2023 a 31/DEZEMBRO/2023, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
- 6.2. Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.
- 6.3. Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
- 6.4. Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada através de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
 - a. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - a. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - b. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
 - c. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração;
 - d. Análise de eventuais auditorias realizadas pelo controle interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
- 7.2. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
 - f. Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
 - a. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 8.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período



de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- a. Extrato da conta bancária específica;
- a. Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- b. Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- c. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- d. Cotação prévia, minimamente em três empresas, dos bens/serviços adquiridos;
- e. Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- f. Lista de presença dos participantes ou capacitados, quando for o caso.

§1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos mensalmente, até o dia anterior ao repasse do mês seguinte.

8.2. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- a. Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

- a. Relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3. A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- a. Relatório de visita técnica 'in loco' realizada durante a execução da parceria;

- a. Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

8.4. Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- a. Os resultados já alcançados e seus benefícios;

- a. Os impactos econômicos ou sociais;

- b. O grau de satisfação do público-alvo;

- c. A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- a. Aprovação da prestação de contas;

- a. Aprovação da prestação de contas com ressalvas;

- b. Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

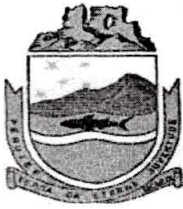
8.6. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§1.º O prazo referido no caput é limitado a 15 (quinze) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§2.º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7. A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:



- a. Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
- a. Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
- 8.8. As prestações de contas serão avaliadas:
- a. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- a. Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
- b. Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
1. Omissão no dever de prestar contas;
 2. Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
 3. Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 4. Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
- 8.9. O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
- 8.10. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público mediante apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
- 8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

- 9.1. A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
- 9.2. Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.
- 9.3. As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
- 9.4. É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

- 10.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
- a. Advertência;
- a. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;



b. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

Parágrafo único. A aplicação das sanções estabelecidas nos incisos II e III deste artigo são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2. Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.

11.3. Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

11.5. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Colaboração poderá ser:

a. Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

a. Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

1. Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
2. Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
3. Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
4. Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1. A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Boletim Oficial do Município, a qual deverá ser



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR
Rua Nilo Soares Ferreira nº 50, Centro, Peruíbe, SP
CEP 11750-000 Fone (13) 3451-1000 Ramal 1214
terceirosetordeperuibe@gmail.com

providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

a. As comunicações relativas a este Termo de Colaboração serão remetidas por correspondência ou e-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

a. As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

b. As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o Foro da Comarca de Peruíbe, SP, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Peruíbe, 20 de dezembro de 2022.

Leandro Ajamil Campos Fernandes
Presidente da OSC
Associação Recreativa Cultural Esportiva

Ricardo de Oliveira Barros
Gestor da Parceria

Luiz Maurício Passos de Carvalho Pereira
Prefeito Municipal da Estância Balneária de Peruíbe

Testemunha

Testemunha



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR
Rua Nilo Soares Ferreira n.º 50, Centro, Peruíbe, SP
CEP 11750.000 – Fone (13)3451-1000 Ramal 1214
terceirosetor@peruibe2.sp.gov.br

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Órgão Público:

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe

Organização da Sociedade Civil:

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL ESPORTIVA


Termo de Colaboração: ES05/2023

Objeto:

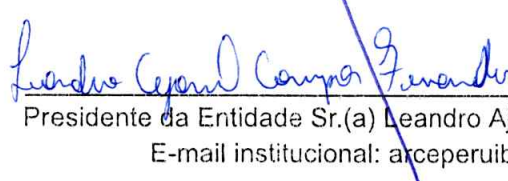
Na qualidade de ÓRGÃO PÚBLICO e ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, respectivamente, do ajuste acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Igualmente, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Peruíbe, 20 de Dezembro de 2022.



Prefeito Municipal Sr. Luiz Maurício Passos de Carvalho Pereira
E-mail institucional: prefeituraperuibe@peruibe2.sp.gov.br
E-mail pessoal: gabinete@peruibe2.sp.gov.br



Presidente da Entidade Sr.(a) Leandro Ajamil Campos Fernandes
E-mail institucional: arceperuibe@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR
Rua Nilo Soares Ferreira nº 50, Centro, Peruíbe, SP
CEP 11750-000 Fone (13) 3451-1000 Ramal 1214
terceirosetordeperuibe@gmail.com

TERMO DE ADITAMENTO 01/2023
AO
TERMO DE COLABORAÇÃO ES 05/2023

TERMO DE ADITAMENTO AO TERMO DE
COLABORAÇÃO 05/2023 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
E ASSOCIAÇÃO RECREATIVA
CULTURAL ESPORTIVA – ARCE.

Considerando o artigo 55 da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 que "Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999";

Considerando o artigo 70 e seguintes do Decreto Municipal nº 5.001 de 21 de agosto de 2020 que "Regulamenta as Normas Gerais para as Parcerias Voluntárias, Envolvendo ou Não Transferências de Recursos Financeiros, Estabelecidas pelo Município e suas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Prestadoras de Serviço Público, e suas subsidiárias, com Organizações da Sociedade Civil, em Regime de Mútua Cooperação, para a Consecução de Finalidades de Interesse Público";

Considerando a participação dos atletas, representantes de nosso Município, que participarão nos Jogos Regionais 2023, na cidade de São Bernardo do Campo nos dias 14 a 21 de julho de 2023, na modalidade de Basquete, Capoeira, Tênis, Tênis de mesa, Vôlei de praia e Vôlei, em número de aproximadamente 50 (cinquenta) atletas;

Considerando a necessidade de transporte e alimentação para referidos atletas durante os dias em que estiverem participando do jogos;

A Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe, inscrita no CNPJ sob nº 46.578.514/0001-20, estabelecida à Rua Nilo Soares Ferreira, 50, Centro, Peruíbe, SP, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luiz Maurício Passos de Carvalho Pereira e ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL ESPORTIVA – ARCE, inscrita no CNPJ sob nº. 09.200.291/0001-36, com sede na RUA GUAPORE, Nº 538, BAIRRO BALNEARIO STELLA MARIS, Peruíbe, SP, doravante denominada ASSOCIAÇÃO RECREATIVA

Luiz



CULTURAL ESPORTIVA – ARCE, representada neste ato pelo(a) seu(a) presidente Sr.(a). Leandro Ajamil Campos Fernandes, resolvem celebrar o presente Aditamento ao Termo de Colaboração ES 02/2023, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, consoante o Processo Administrativo nº 14284/2022 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do presente Termo Aditivo aprovar o Plano de Trabalho Específico em anexo, para a ampliação quantitativa de valores, através de incremento temporário, para fazer frente às despesas de transporte e alimentação de aproximadamente 50 (cinquenta) atletas que representarão nosso Município nos Jogos Regionais de 2023, que se realizarão na cidade de São Bernardo do Campo, do dia 14 a 21 de julho, nas modalidades de Basquete, Capoeira, Tênis, Tênis de mesa, Voleibol, Damas e Vôlei de praia.

1.2 – O regime de execução de que trata o Plano de Trabalho Específico ora aprovado, terá a vigência prevista exclusivamente no mês de julho de 2023 enquanto participantes dos Jogos Regionais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 – Fica aprovado o incremento dos valores a serem repassados à OSC, conforme demonstrativo constante do Plano de Trabalho Específico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO DE RECURSOS

3.1 – Em decorrência das alterações constantes do presente termo aditivo, ao valor global será acrescido o valor de **R\$ 11.000,00 (onze mil reais)**.

3.2 Os repasses relativos a este termo a serem feitos à Organização da Sociedade Civil, serão depositados em conta conforme detalhes abaixo:

Conta de Destino	BB (001)
CONTA BANCÁRIA	AG. 2436-8 CC. 31.437-4
Valor Total do Repasse	R\$ 11.000,00

Fonte de Recursos	MUNICIPAL - Esporte de Alto Rendimento	
Conta Funcional Programática	27.811.0007.2193.3.3.50.43	
Elemento Econômico	3.3.50.43	
Parcela	Vencimento	Valor
Única	07/07	11.000,00
Total		11.000,00

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR
Rua Nilo Soares Ferreira nº 50, Centro, Peruibe, SP
CEP 11750-000 Fone (13) 3451-1000 Ramal 1214
terceirosetordeperuibe@gmail.com

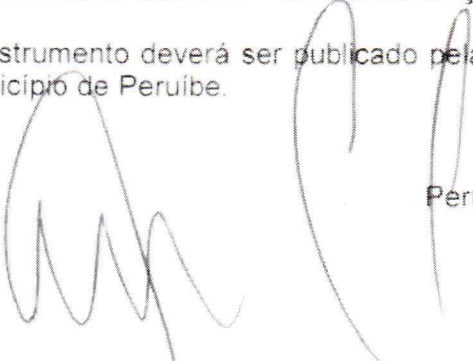
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS


4.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo Colaboração original.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 – O resumo deste instrumento deverá ser publicado pela Administração no Diário Oficial Eletrônico do Município de Peruibe.

Peruibe, 05 de julho de 2023.


LUIZ MAURÍCIO PASSOS DE CARVALHO PEREIRA
Prefeito Municipal
Estância Balneária de Peruibe


LEANDRO AJAMIL CAMPOS FERNANDES
Presidente da
Associação Recreativa Cultural Esportiva – ARCE


RICARDO DE OLIVEIRA BARROS
Gestor da Parceria

Testemunha

Testemunha



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR
Rua Nilo Soares Ferreira n.º 50, Centro, Peruíbe, SP
CEP 11750.000 – Fone (13)3451-1000 Ramal 1214
terceirosetor@peruibe2.sp.gov.br

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Órgão Público:
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe

Organização da Sociedade Civil:
ARCE - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL E ESPORTIVA

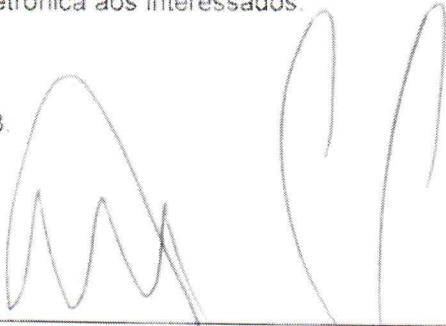
Termo de Colaboração: ES05/2023 – Aditamento 01

Objeto:

Na qualidade de ÓRGÃO PÚBLICO e ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, respectivamente, do ajuste acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Igualmente, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual n° 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Peruíbe, 05 de Julho de 2023.



Luiz Maurício Passos de Carvalho Pereira
Prefeito Municipal

E-mail institucional: prefeituraperuibe@peruibe2.sp.gov.br
E-mail pessoal: gabinete@peruibe2.sp.gov.br



Leandro Ajamil Campos Fernandes
Presidente da Entidade